

**ODONTOPREV S.A.**  
CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51  
NIRE 35.300.156.668  
COMPANHIA ABERTA

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADAS EM 04 DE ABRIL DE 2022**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizadas em 04 de abril de 2022, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, sendo tidas como realizadas na sede social da Odontoprev S.A. (“Companhia”) situada na Avenida Marcos Penteados de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 14º andar, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Tamboré, CEP 06460-040, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009 (“ICVM 481”).

**2. PUBLICAÇÕES:** (i) Edital de Convocação das presentes Assembleias publicado nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2022 no jornal Valor Econômico, páginas E12, E20 e E09, respectivamente; e (ii) Demonstrações Financeiras publicadas no dia 24 de fevereiro de 2022 no jornal Valor Econômico, páginas E39 a E44. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, os documentos exigidos pelas Instruções CVM 480/2009 e 481/2009.

**3. PRESENCAS:** Presentes acionistas da Companhia representando aproximadamente 87% do capital social com direito a voto, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado em 01 de abril de 2022 pela Companhia; e (ii) pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica, nos termos do art. 21-V, inciso III, da ICVM 481. Presentes também o Sr. Luiz Carlos Trabuço Cappi, Presidente do Conselho de Administração, os Srs. Octavio de Lazari Júnior, Ivan Luiz Gontijo Junior e Manoel Antônio Peres, membros do Conselho de Administração, Sr. Rodrigo Bacellar, Diretor Presidente, e os demais membros da Diretoria, a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como representante da KPMG Auditores Independentes, o Sr. Cláudio Rogério Sertório.

**4. MESA:** Presidente: Luiz Carlos Trabuço Cappi; Secretário: André Chidichimo de França.

**5. ORDEM DO DIA:** (i) em Assembleia Geral Ordinária: (1) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (2) deliberação sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo a proposta de distribuição de dividendos; (3) fixação do

número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato; **(4)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; **(5)** fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia; **(6)** fixação do número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato; e **(7)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a fixação de sua remuneração; e **(ii) em Assembleia Geral Extraordinária:** **(1)** alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia, para exclusão da referência ao endereço da sede da Companhia; **(2)** cancelamento de 14.507.698 ações mantidas pela Companhia em tesouraria, sem redução do capital social, com a consequente alteração do *caput* do art. 6º do Estatuto Social da Companhia; **(3)** desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações de sua emissão, mediante a criação de 51.678.709 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem alteração no valor do capital social da Companhia, com a consequente alteração do *caput* do art. 6º do Estatuto Social da Companhia; **(4)** alteração da alínea "c" do art. 28, §3º, do Estatuto Social da Companhia, de modo a compatibilizar a redação do Estatuto Social à atual regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; e **(5)** consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima referidas, nos termos da Proposta da Administração.

**6. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:

**(i) Em Assembleia Geral Ordinária:**

**1)** Foram examinadas, discutidas e aprovadas, por maioria de votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 98,27% de votos a favor, representados por 439.322.246 ações, 0,07% de votos contrários, representados por 300.000 ações e registradas 1,67% de abstenções, representadas por 7.448.000 ações, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

**2)** Foi aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,95% de votos a favor, representados por 446.865.861 ações, 0,05% de votos contrários, representados por 204.385 ações, não tendo sido registradas abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício de 2021, após as deduções legais para Provisão de Imposto de Renda e Contribuições Sociais, correspondente ao montante de R\$ 380.358.614,00 (trezentos e oitenta milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e quatorze reais), a ser distribuído da seguinte forma:

**i)** R\$ 19.017.930,70 (dezenove milhões, dezessete mil, novecentos e trinta reais e setenta centavos), para a constituição da reserva legal;

**ii)** Ratificação dos lucros distribuídos durante o exercício de 2021, conforme abaixo:

**ii.a)** os pagamentos de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 52.232.137,10 (cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e trinta e sete reais e dez centavos) equivalente ao valor líquido de R\$ 44.397.316,54 (quarenta e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme declarados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em **(1)** 11 de março de 2021, no valor bruto de R\$ 12.980.323,72 (doze milhões, novecentos e oitenta mil, trezentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos), equivalente ao valor líquido de R\$ 11.033.275,16 (onze milhões, trinta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos); **(2)** em 11 de junho de 2021, no valor bruto de R\$ 13.500.382,08 (treze milhões, quinhentos mil, trezentos e oitenta e dois reais e oito centavos), equivalente ao valor líquido de R\$ 11.475.324,77 (onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos); **(3)** em 13 de setembro de 2021, no valor bruto de R\$ 13.480.893,09 (treze milhões, quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e noventa e três reais e nove centavos), equivalente ao valor líquido de R\$ 11.458.759,13 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos); e **(4)** 14 de dezembro de 2021, no valor bruto de R\$ 12.270.538,21 (doze milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos), equivalente ao valor líquido de R\$ 10.429.957,48 (dez milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos); e

**ii.b)** os pagamentos de Dividendos Intercalares, no montante total de R\$ 95.753.521,42 (noventa e cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos), conforme declarados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de abril de 2021.

**ii.c)** os valores acima distribuídos foram imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, quando aplicável, aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, conforme Artigo 9º, Parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/95, Deliberação CVM 683/2012, e Artigo 29, Parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia.

**iii)** R\$ 40.519.503,69 (quarenta milhões, quinhentos e dezenove mil, quinhentos e três reais e sessenta e nove centavos) a serem distribuídos aos acionistas como dividendo complementar, a serem pagos em 05 de outubro de 2022. As ações da Companhia passarão a ser negociadas *ex-direito* ao referido dividendo a partir do dia 5 de abril de 2022, inclusive; e

**iv)** R\$ 172.835.521,09 (cento e setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e nove centavos) serão retidos, sendo destinados à Reserva de Investimentos e Expansão, conforme artigo 28, parágrafo 3º, alínea (d), do Estatuto Social da Companhia.

**3)** Foi aprovada, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.070.246 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, a fixação do número de membros que deverão compor o Conselho de Administração, sendo 8 membros efetivos e 3 membros suplentes.

**4)** Ato contínuo, foram eleitos os membros para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 anos, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme se segue:

**(i)** Por meio da eleição em chapa, pela maioria de votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 69,87% de votos a favor, representados por 312.358.528 ações, 30,13% de votos contrários, representados por 134.692.258 ações e registradas menos de 0,01% de abstenções, representadas por 19.460 ações:

**Membros Efetivos:** **(a) Luiz Carlos Trabuco Cappi**, brasileiro, viúvo, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.284.352 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 250.319.028-68, residente e domiciliado na Cidade de Deus, Vila Yara, CEP 06029-000, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, o qual foi nomeado Presidente do Conselho de Administração; **(b) Manoel Antônio Peres**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.014.301.397 SSP-RS, inscrito no CPF sob nº 033.833.888-83, residente e domiciliado na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, CEP 20261-005, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o qual foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(c) Ivan Luiz Gontijo Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade OAB/RJ nº 44.902, inscrito no CPF sob nº 770.025.397-87,

residente e domiciliado na Rua Barão de Itapagipe, nº 255, 8º andar, Bloco A, Frente, CEP 20261-005, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **(d) Samuel Monteiro dos Santos Junior**, brasileiro, casado, advogado, contador e administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.700.826 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 032.621.977-34, residente e domiciliado na Rua Barão de Itapagipe, nº 255, 8º andar, Bloco A, Frente, CEP 20261-005, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **(e) Thais Jorge de Oliveira e Silva**, brasileira, casada, médica, inscrita no CRM/RJ sob nº 52-70340-0, inscrita no CPF sob nº 074.060.777-42, residente e domiciliada na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, CEP 20.931-675, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **(f) Octávio de Lazari Júnior**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.992.558-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 044.745.768-37, residente e domiciliado na Cidade de Deus, Vila Yara, CEP 06029-000, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo; **(g) César Suaki dos Santos**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.060.752 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 076.350.928-04, residente e domiciliado na Rua Diogo Jacome, nº 554, apto 212, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual é caracterizado como membro independente do Conselho de Administração; e **(h) Murilo César Lemos dos Santos Passos**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 762.280 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 269.050.007-87, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 10º andar, CEP 01452-919, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual é caracterizado como membro independente do Conselho de Administração; e

**Membros Suplentes:** **(a) Maurício Machado de Minas**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.975.904-X SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 044.470.098-62, residente e domiciliado na Cidade de Deus, Vila Yara CEP 06.029-900, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo; **(b) Américo Pinto Gomes**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 651.168-400-6, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 749.510.847-91, residente e domiciliado na Av. Alphaville, nº 779, 18º andar, Alphaville, CEP 06473-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo; e **(c) Jorge Kalache Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.197.470, IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 178.165.217-15, residente e domiciliado na Rua Barão de Jaguaripe, nº 232, apto 401, CEP 20261-005, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o qual é caracterizado como membro independente do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, tanto os titulares como os suplentes, tomarão posse dos respectivos cargos em 30 (trinta) dias a contar desta data, após a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Os conselheiros ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A., na Instrução CVM 367/02 e na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para sua investidura como membros do Conselho de Administração da Companhia.

Consigna-se o enquadramento dos **Srs. César Suaki dos Santos e Murilo César Lemos dos Santos Passos** (membros efetivos), e do **Sr. Jorge Kalache Filho** (membro suplente) como conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos da Proposta da Administração, ficando atendido o percentual mínimo exigido no referido Regulamento.

**5)** Foi aprovado, por maioria de votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 98,88% de votos a favor, representados por 442.075.222 ações, 0,35% de votos contrários, representados por 1.555.840 ações e registradas 0,77% de abstenções, representadas por 3.439.184 ações, o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia de até R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), contemplando neste montante o pró-labore, os benefícios, o bônus e os incentivos de longo prazo, bem como a remuneração do Conselho Fiscal aprovada nos termos do item 8 abaixo.

**6)** Aprovar por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.070.246 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, a fixação do número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal, sendo 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

**7)** Ato contínuo, foram eleitos os membros para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo de 31 de dezembro 2022, conforme se segue:

**(i)** Por meio de eleição em separado, nos termos do art. 161, §4º, da Lei das S.A., com 2.188.360 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta) votos favoráveis, o Sr. **Vanderlei Dominguez da Rosa**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula da Identidade RG nº 3026420368, SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 422.881.180-

91, residente e domiciliado na Avenida Bento Gonçalves, nº 1403, sala 1011, CEP 90650-002, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, como membro efetivo do Conselho de Fiscal; e o Sr. **Paulo Roberto Franceschi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula da Identidade RG nº 669.976-6, SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 171.891.289-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, nº 630, conjunto 1305, CEP 80010-010, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como membro suplente do Conselho Fiscal. Consigna-se que, no âmbito da eleição em separado, o Sr. Tiago Paz Munhoz e o Sr. Thiago Wolf Pereira foram indicados como candidatos a membro titular e suplente do Conselho Fiscal, respectivamente, tendo recebido 120.000 (cento e vinte mil) votos favoráveis, restando, portanto, superados pelos membros ora eleitos.”

**(ii)** Por meio da eleição em chapa, pela maioria de votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 66,39% de votos a favor, representados por 296.796.427 ações, 0,07% de votos contrários, representados por 300.000 ações e registradas menos de 33,55% de abstenções, representadas por 149.973.819 ações, desconsideradas as ações dos acionistas que participaram da eleição em separado, conforme item (i) acima, foram eleitos os seguintes membros:

**Membros Efetivos:** **(a) Ivan Maluf Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula da Identidade RG nº 8.832.350, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 022.154.758-46, residente e domiciliado na Rua Andrade Fernandes, nº 157, apto. 61, CEP 05449-050, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e **(b) Sérgio Moreno**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula da Identidade RG nº 2.862.229-7, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 639.382.788-20, residente e domiciliado na Avenida Alphaville, nº 779 – Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-900, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo; e

**Membros Suplentes:** **(a) Eduardo da Gama Godoy**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 1016599811, SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 395.416.650-04, residente e domiciliado na Rua Congo, 63, CEP 06816-470, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; e **(b) Sibelli de Jesus Santana Facchin**, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula da Identidade RG nº 36.446.661-3, SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 322.202.018-30, residente e domiciliada na Rua Francisco Marengo. 111, apto 132, CEP 03313-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os membros do Conselho Fiscal, tanto os titulares como os suplentes, tomarão posse dos respectivos cargos em 30 (trinta) dias a contar desta data, após a assinatura dos respectivos

Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 162 da Lei das S.A. para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia.

**8)** Aprovar, por maioria de votos dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,65% de votos a favor, representados por 445.519.422 ações, 0,07% de votos contrários, representados por 300.000 ações e registradas 0,28% de abstenções, representadas por 1.250.824 ações, a remuneração mensal individual mínima dos membros efetivos do Conselho Fiscal, no montante equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída aos Diretores da Companhia, não computados benefícios, verbas relativas a bônus e os incentivos de longo prazo, nos termos previstos no Artigo 162, Parágrafo 3º, da Lei das S.A.

**(ii)** Em Assembleia Geral Extraordinária:

**1)** Foi aprovada, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.447.146 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia para exclusão da referência ao endereço da sede da Companhia, de forma que o referido artigo passa a vigorar com a seguinte nova redação:

**“Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.”

**2)** Foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.447.146 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, o cancelamento de 14.507.698 (quatorze milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e noventa e oito) ações mantidas pela Companhia em tesouraria, sem redução do capital social, com a consequente alteração do *caput* do art. 6º do Estatuto Social da Companhia.

**3)** Foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.447.146 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações de sua emissão, mediante a criação de 51.678.709 (cinquenta e um milhões, seiscentas e setenta e oito mil, setecentas e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, sem alteração no valor do capital social da Companhia, não acarretando qualquer alteração na participação ou diluição para

os acionistas da Companhia, de modo que o capital social da Companhia, no montante de R\$ 851.016.554,14 (oitocentos e cinquenta e um milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos) e anteriormente representado por 531.294.792 (quinhentos e trinta e um milhões, duzentas e noventa e quatro mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias passará a ser representado por 568.465.803 (quinhentas e sessenta e oito milhões, quatrocentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Consigna-se que, nos termos da Proposta da Administração, as ações da Companhia passarão a ser negociadas *ex-direito* ao desdobramento a partir do dia 05 de abril de 2022 (inclusive), sendo que as novas ações desdobradas serão creditadas aos acionistas no dia 07 de abril de 2022. As novas ações desdobradas terão os mesmos direitos das ações ordinárias atualmente emitidas e farão jus integralmente aos proventos que vierem a ser declarados após a data de sua emissão. Eventuais frações decorrentes do desdobramento serão separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o valor líquido apurado será disponibilizado aos acionistas titulares dessas frações. A Companhia informará oportunamente maiores detalhes sobre referido procedimento.

De forma a refletir as deliberações contidas nos itens 2 e 3 acima, o *caput* do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Artigo 6º - O capital social da Companhia é de R\$ 851.016.554,14 (oitocentos e cinquenta e um milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 568.465.803 (quinhentas e sessenta e oito milhões, quatrocentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

**4)** Foi aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.447.146 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, a proposta de alteração da alínea "c" do art. 28, §3º, do Estatuto Social da Companhia, de modo a compatibilizar a redação do Estatuto Social à atual regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de forma que a referida alínea passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"(c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para a formação da "Reserva Estatutária de Capital Regulatório", que tem por finalidade e objetivo atender à exigência de capital regulatório à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a*

*reserva prevista no item "d" abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;"*

**5)** Foi aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representados por 447.447.146 ações, não tendo sido computados votos contrários ou abstenções, a proposta de consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do Anexo I à presente ata.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no Artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada por quantos acionistas bastem para validade da ata, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.

Barueri, 04 de abril de 2022.

**Mesa:**

---

**Luiz Carlos Trabuco Cappi**

Presidente

---

**André Chidichimo de França**

Secretário

Acionistas considerados signatários nos termos do art. 21-V, §1º, da ICVM 481: Acionistas presentes por meio da Plataforma: BRUNO CHAVES DE AGUIAR, CLUBE DE INVESTIMENTO HILL (p. p. Debora De Souza Morsch), BLUE BIRD FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), BLUE BIRD PREV FIM CP (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), DUETO FIA IE (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), FORTALEZA FIA I IE (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES HS (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), JULE FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), QUATRINVEST FIA IE (p. p. Mike Hejazi Tartuce Leal), JOSÉ MARIA BENOZATTI (p. p. Nathalia Gazzineo), JOSÉ ROBERTO BORGES PACHECO (p. p. Nathalia Gazzineo), MARCOS PIMENTEL DE VIVEIROS (p. p. Nathalia Gazzineo), RENATO ALVES COSTA (p. p. Nathalia Gazzineo), RODRIGO BACELLAR WUERKERT (p. p. Nathalia Gazzineo), ROSE GABAY (p. p. Nathalia Gazzineo), BL - BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A (p. p. Ricardo Jose Martins Gimenez), BRADESCO SEGUROS S.A. (p. p. Suzanne Silveira Amancio Nogueira). Acionistas presentes via BVD: 1832 GLOBAL VALUE STRATEGY, ADVANCED SERIES TRUST - AST EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO, AEGON CUSTODY AS DEP FOR STICHTING MM EMERGING MARKETS FUND, AGF EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AGF EMERGING MARKETS FUND, ALASKA PERMANENT FUND, ALBERTA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, AMERICAN CENTURY

ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AMERICAN FUNDS DEVELOPING WORLD GROWTH AND INCOME FUND, AMERICAN FUNDS INSURANCE SERIES - NEW WORLD FUND, AMG GW&K EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, BERNSTEIN FUND, INC. - INTERNATIONAL SMALL CAP PORTFOLIO, BETASHARES LEGG MASON EMERGING MARKETS FUND, BLACKROCK GLOBAL FUNDS - S. GLOBAL SMALLCAP FUND, BLACKWELL PARTNERS LLC SERIES A, BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND, CADMOS FUND MANAGEMENT - GUILLE EMERGING MARKETS EF, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, CAPE ANN SUSTAINABILITY FUND, CAPITAL INTERNATIONAL FUND, CASEY FAMILY PROGRAMS, CHEVRON UK PENSION PLAN, CITITRUST LTD A T VANG FDS S - VANGUARD MODERATE GROWTH FUND, CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN, CLARITAS QUANT MASTER FIM, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, CONSULTING GROUP CAPITAL MARKETS FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, DYNAMIC ACTIVE EMERGING MARKETS ETF, DYNAMIC ACTIVE INTERNATIONAL DIVIDEND ETF, DYNAMIC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, DYNAMIC GLOBAL BALANCED FUND, DYNAMIC GLOBAL EQUITY FUND, DYNAMIC INTERNATIONAL DIVIDEND PRIVATE POOL, DYNAMIC INTERNATIONAL EQUITY FUND, EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND, EATON VANCE TR CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, EQUIPSUPER, EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, FIAM GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: FIAM EMERGING MARKETS EQUITY SMALL CAP COMMINGLED POOL, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND, FIRST SENTIER INVESTORS ICVC - S. I. L. A. F., FISHER INVESTMENTS INSTITUTIONAL GROUP ALL FOREIGN SMALL CAP, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, FRANKLIN MARTIN CURRIE SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, GOTHAM CAPITAL V, LLC, GOVERNMENT INSTITUTIONS PENSION FUND, H.E.S.T. AUSTRALIA LIMITED, HARTFORD SCHRODERS DIVERSIFIED EMERGING MARKETS FU, HOSKING GLOBAL FUND PLC, HOSKING PARTNERS COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, HOSKING PARTNERS EQUITY FUND LLC, HOSKING PARTNERS GLOBAL EQUITY TRUST, HOSTPLUS POOLED SUPERANNUATION TRUST, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERGING MARKET SCREENED (EX CONTROVERSIES AND CW) INDEX EQUITY FUND, IBM 401(K) PLUS PLAN, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO INTERNATIONAL SMALL MID CAP TRUST, INVESCO OPPENHEIMER INTERNATIONAL SMALLMID COMPANY FUND, INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF,

ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, KAISER PERMANENTE GROUP TRUST, KRANESHARES EMERGING MARKETS HEALTHCARE INDEX ETF, LAERERNES PENSION FORSIKRINGSAKTIESELSKAB, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LAZARD EMERGING MARKETS EQUITY BLEND PORTFOLIO, LAZARD GLOBAL EQUITY INCOME FUND, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD CLIMATE CHANGE EQUITY FACTORS INDEX FUND, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL GENERAL GLOBAL HEALTH PHARMACEUTICALS INDEX TRUST, LEGAL GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LEGG MASON FUNDS ICVC - LEGG MASON IF MARTIN CURRIE E M FUND, LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC, LEGG MASON MARTIN CURRIE EMERGING MARKETS FUND, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MARTIN CURRIE EMERGING MARKETS FUND, MARTIN CURRIE SMASH SERIES EM FUND, MERCER QIF FUND PLC, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, MIRAE ASSET TRIUMPH EM EQUITY PRIVATELY PLACED MAS, NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS, NBIMC LOW VOLATILITY EMERGING MARKETS EQUITY FUND, NEW WORLD FUND INC., NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TMEFC FUND, LP, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, QTH FUND LLC, QTN MASTER FUND LP, QVIDTVM INC., RETAIL EMPLOYEES SUPERANNUATION PTY LIMITED, ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS, ROYCE GLOBAL VALUE TRUST, INC., ROYCE INTERNATIONAL PREMIER FUND, SCHRODER EMERGING MARKETS FUND SUSTAINABLE FUND, SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SCOTIA GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, SCOTIA GLOBAL SMALL CAP FUND, SCOTIA INTERNATIONAL VALUE FUND, SCOTIA PRIVATE INTERNATIONAL CORE EQUITY POOL, SCOTIATRUST INTERNATIONAL EQUITY COMMON TRUST FUND, SEAFARER OVERSEAS GROWTH & INCOME FUND, SMALLCAP WORLD FUND INC, SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, STANLIB FUNDS LIMITED, STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RETIREMENT PLAN, STATE STREET EMERGING MARKETS SMALL CAP ACTIVE SECURITIES LENDING QIB COMMON TRUST FUND, STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET EMERGING MARKETS SMALL CAP ESG SCREENED EQUITY FUND, STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS, STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS - STATE STREET MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX SECURITIES LENDING FUND, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-U.S. INDEX PORTFOLIO, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STATE STREET MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMMON TRUST FUND, STATE STREET MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND, STICHTING PGM DEPOSITARY, SUNSUPER SUPERANNUATION FUND, TEMPLETON GLOBAL

SMALLER COMPANIES FUND, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF LM GLOBAL PREMIER SMALL CAP EQUITY MOTHER FUND, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, TIAA-CREF QUANT INTER SMALL-CAP EQUITY FUND, TRILOGY INVESTMENT FUNDS PLC, UPS GROUP TRUST, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANECK VECTORS BRAZIL SMALL- CAP ETF, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL STOCK ETF, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST II, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS ALL CAP EQUITY INDEX FUND, VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS, VFMC INTERNATIONAL EQUITY TRUST 1, VFMC INTERNATIONAL EQUITY TRUST 2, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, WELLINGTON TRUST COMPANY NATIONAL ASSO, WEST YORKSHIRE PENSION FUND, WILMINGTON TRUST, NATIONAL ASSOCIATION, WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND, WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 72.

Anexo I à Ata das Assembleias Ordinária e Extraordinária  
da Odontoprev S.A.  
Realizadas em 04 de abril de 2022

## **ESTATUTO SOCIAL DA ODONTOPREV S.A.**

### **CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - ODONTOPREV S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

**Artigo 2º** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

**Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

**Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, e nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

**Artigo 5º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

### **CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

**Artigo 6º** - O capital social da Companhia é de R\$ 851.016.554,14 (oitocentos e cinquenta e um milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 568.465.803 (quinhentas e sessenta e oito

milhões, quatrocentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** - É vedado à Companhia emitir Partes Beneficiárias.

**Parágrafo 3º** - As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, junto a instituição financeira autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

**Artigo 7º** - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 80.000.000 (oitenta milhões) de ações ordinárias.

**Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

**Parágrafo 2º** - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação de acordo com os procedimentos previstos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei 6.404/76.

**Artigo 8º** - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita

mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

### **CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA**

#### **SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76 ou deste Estatuto.

**Artigo 10** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

**Artigo 11** - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto.

I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;

II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

V. reformar o Estatuto Social;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

VII. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

VIII. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

IX. autorizar os administradores a requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

X. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

XI. deliberar sobre o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia; e

XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

## **SEÇÃO II DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Subseção I Disposições Gerais**

**Artigo 12** - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Parágrafo 1º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

**Parágrafo 2º** - Os administradores, quando da investidura em seus cargos, deverão prestar as declarações exigidas pela regulamentação pertinente expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Parágrafo 3º** - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Artigo 13** - A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual de administradores, observado o disposto neste Estatuto.

**Artigo 14** - Observada convocação regular na forma deste Estatuto, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

**Parágrafo Único** - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

## **Subseção II**

### **Conselho de Administração**

**Artigo 15** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 08 (oito) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º** - Na Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração, os acionistas deverão definir qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o respectivo mandato.

**Parágrafo 2º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

**Parágrafo 3º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo 4º** - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio.

**Parágrafo 5º** - O membro do Conselho de Administração deve também atender aos requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para o exercício de suas funções.

**Parágrafo 6º** - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

**Parágrafo 7º** - Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 8º** - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, se não tiver sido solicitado o processo de voto múltiplo na forma da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral deverá votar através de chapas, previamente apresentadas por escrito à Companhia até 5 (cinco) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de 1 (uma) chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas. A mesa não aceitará o registro de qualquer chapa, nem o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem violação às disposições da Lei nº 6.404/76 e deste Estatuto.

**Parágrafo 9º** - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, os demais membros do Conselho de Administração poderão (i) nomear substituto(s), que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s); ou (ii) optar por deixar vago(s) o(s) cargo(s) do(s) membro(s) vacante(s), desde que seja respeitado o número de membros previsto no caput deste Artigo 15.

**Parágrafo 10** - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleger substituto(s) que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s).

**Parágrafo 11** - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

**Parágrafo 12** - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

**Artigo 16** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º** - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo 2º** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

**Artigo 17** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

**Parágrafo 1º** - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que

permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

**Parágrafo 2º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, sendo que em caso de empate em deliberação do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

**Parágrafo 3º** - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

**Artigo 18** -Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou pelo Estatuto:

I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

II. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

III. eleger e destituir os Diretores da Companhia;

IV. atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;

V. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;

VI. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VII. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

VIII. escolher e destituir os auditores independentes e o executivo responsável pela auditoria interna, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa e a auditoria interna reportar-se-ão ao Conselho de Administração;

IX. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

X. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

XI. aprovar os orçamentos anuais, a política comercial e o planejamento estratégico da Companhia e suas respectivas alterações;

XII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XVI. outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral;

XVII. deliberar sobre a emissão (a) de debêntures conversíveis ou não em ações ordinárias da Companhia, sendo que, no caso de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da

Companhia, o Conselho de Administração está obrigado a observar o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto, e (b) de *commercial papers*;

XVIII. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros;

XIX. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo cujo valor individual ou considerado em relação a uma série de bens ou direitos relacionados entre si num determinado período de 12 (doze) meses seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

XX. aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia;

XXI. aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

XXII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto da Companhia e dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado;

XXIII. definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos do Artigo 32 deste Estatuto; XXIV. aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia; e

XXV. deliberar sobre a participação da Companhia em novos negócios, incluindo a aquisição de participação em qualquer sociedade, consórcio ou empreendimento, inclusive constituição de subsidiária.

**Parágrafo Único** - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XX e XXI, observados limites de valor por ato ou série de atos.

### **Subseção III Da Diretoria**

**Artigo 19** - A Diretoria será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo necessariamente um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Clínico-Operacional, cabendo aos demais membros, se eleitos, a denominação de Diretores Corporativos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor, conforme determinação do Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - Os Diretores serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto para o desempenho de suas funções, incluindo os requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

**Parágrafo 4º** - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

**Parágrafo 5º** - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que 1 (um) outro Diretor.

**Parágrafo 6º** - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no livro competente atas com as correspondentes deliberações.

**Artigo 20** - Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

III. submeter ao Conselho de Administração orçamento anual; e

IV. apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

**Artigo 21** - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II. superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

III. propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;

IV. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25 deste Estatuto;

V. coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

VI. anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

VII. administrar os assuntos de caráter societário em geral.

**Artigo 22** - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

II. administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

III. dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/ tributária; e

IV. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25.

**Artigo 23** - Compete ao Diretor de Relações com Investidores prestar informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

**Artigo 24** - Compete ao Diretor Clínico-Operacional, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- I. Dirigir todos os aspectos relacionados com a rede credenciada da Companhia, assim como a operação de clínicas próprias;
- II. Administrar o relacionamento com as entidades de classe profissionais e entidades de ensino e pesquisa;
- III. Gerenciar os programas de pesquisa e educação continuada em que a Companhia participa, bem como as políticas de promoção de saúde;
- IV. Garantir a adequação do atendimento odontológico da Companhia a todas as normas legais vigentes;
- V. Coordenar e integrar o Comitê de Remuneração de Rede Credenciada;
- VI. Assinar os contratos de credenciamento em conjunto com outro Diretor ou procurador;
- VII. Dirigir as atividades do Departamento Clínico da Companhia, visando o controle de qualidade clínica de atenção à saúde dos associados;
- VIII. Administrar o segmento assistencial de reembolsos a associados usuários de profissionais não pertencentes à rede credenciada;
- IX. Propor políticas e protocolos clínicos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; e
- X. Verificar e propor todos os pagamentos à Rede Credenciada bem como os reembolsos a associados.

**Parágrafo Único** - A competência dos demais Diretores Corporativos, se eleitos, além das funções, atribuições e poderes a eles cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, consistirá:

- I. Praticar atos e tomar providências adequadas à boa condução e solução de assuntos de ordem executiva da Companhia;

II. Levar ao conhecimento da Diretoria qualquer assunto interno ou fator externo que possa ser do interesse da Companhia;

III. Cumprir as determinações do Diretor Presidente;

IV. Assinar contratos comerciais em conjunto com 1 (um) outro Diretor ou procurador; e

V. Auxiliar os demais Diretores no desempenho das funções pertinentes aos respectivos cargos.

**Artigo 25** - A Companhia será representada da seguinte forma:

(a) por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente;

(b) por quaisquer 2 (dois) Diretores, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;

(c) pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; e

(d) por 1 (um) ou mais procuradores com poderes específicos, nos termos do Parágrafo Único.

**Parágrafo Único** - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, poderão ser outorgadas por quaisquer dois Diretores, em conjunto. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.

### **SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 26** - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas na Lei nº 6.404/76 será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes.

**Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente devendo a Assembleia Geral Ordinária de cada exercício deliberar sobre sua composição, eleger seus membros e fixar a respectiva remuneração, na forma da lei.

#### **SEÇÃO IV DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**Artigo 27** - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

**Parágrafo 1º** - O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no caput.

**Parágrafo 2º** - Os membros do Comitê de Auditoria devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76 e devem, preferencialmente, ter conhecimentos de contabilidade, auditoria e gestão financeira.

**Parágrafo 3º** - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º** - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- I. Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- II. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como monitorar a gestão de riscos da Companhia;
- IV. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

V. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

VI. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 28** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo 1º** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração dos fluxos de caixa; e
- V. demonstração do valor adicionado.

**Parágrafo 2º** - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo 3º** - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

(b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 29 deste Estatuto e a Lei nº 6.404/76;

(c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para a formação da "Reserva Estatutária de Capital Regulatório", que tem por finalidade e objetivo atender à exigência de capital regulatório à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item "d" abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;

(d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para a formação da "Reserva de Investimentos e Expansão" que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item "c" acima e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social; e

(e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da Lei nº 6.404/76.

**Artigo 29** - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

**Parágrafo 1º** - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

**Parágrafo 3º** - A Companhia poderá levantar balanços trimestrais e/ou semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço trimestral, semestral ou em períodos menores; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo 4º** - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

**Parágrafo 5º** - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO ACIONÁRIA**

**Artigo 30** - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Artigo 31** - A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

**Parágrafo Único** - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública das ações da Companhia, respeitados os termos e condições do Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 32** - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 32 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo. O Acionista Adquirente deverá realizar a referida OPA ou solicitar o registro da referida OPA, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

**Parágrafo 1º** - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 2º** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32; e (v) o montante equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA da Companhia relativamente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do último balanço trimestral divulgado pela Companhia. Para o fim disposto neste parágrafo, entende-se por EBITDA o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, da reclassificação da CPMF e dos tributos incidentes sobre receitas financeiras, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido e do resultado não operacional da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte

em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

**Parágrafo 3º** - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma Oferta Pública de Aquisição de Ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 4º** - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

**Parágrafo 6º** - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

**Parágrafo 7º** - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo 8º** - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

**Parágrafo 9º** - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo 2º acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionista controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

**Parágrafo 10** - Para fins deste Artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.

“Grupo de Acionistas” significa o conjunto de 2 (dois) ou mais acionistas da Companhia: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

**Artigo 33** - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**Artigo 34** - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela própria Companhia, observada, neste último caso, a regulamentação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

**Artigo 35** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76 observadas as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Novo Mercado.

## **CAPÍTULO VI DA ARBITRAGEM**

**Artigo 36** - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Parágrafo Único** - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária referida no Artigo 36 acima.

## **CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 37** - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 38** - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

**Artigo 39** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

**Artigo 40** - O disposto no Artigo 32 deste Estatuto não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2006, bem como às suas respectivas controladas e coligadas, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.

**Artigo 41** - Os termos definidos neste Estatuto que não tiverem seu significado expressamente definido neste documento ou na Lei nº 6.404/76 terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

\*\* \*\* \*